

# OS HOMENS LIVRES POBRES E O PROCESSO DA VIOLÊNCIA

Fernando Cerisara Gil\*

## Resumo

Este trabalho visa discutir a presença do homem livre pobre no romance rural, e sua figuração como personagem em trânsito conflitivo, que oscila entre a condição de herói e a de dependente social.

## Abstract

This paper aims to discuss the presence of the free poor man in the rural novel, and its figuration as character in conflictive transit, which oscillates between his status of hero and his status of social dependent.

## Palavras-chave

Homem livre pobre; Romance rural; Violência.

## Keywords

Rural novel; Violence; Free Poor Man

---

\* Departamento de Letras – Universidade Federal do Paraná – Curitiba – PR - Brasil. E-mail: fcgil61@gmail.com.

A centralidade que ocupa os homens livres pobres<sup>1</sup> no que temos chamado de romance rural<sup>2</sup> do século XIX não parece de todo ter chamado a atenção da crítica. Esta figura é protagonista em muitas narrativas, como *O tronco do ipê*, *Til* e *O sertanejo*, de José de Alencar, *Inocência*, de Taunay, *O cabeloira*, de Franklin Távora, *O ermitão de Muquém*, Bernardo Guimarães, ou quando não protagonista não deixa de ocupar papel relevante no desenrolar da trama, como se tem em *D. Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva. A presença desta figura social põe alguns problemas.

Primeiro, numa literatura tão edificante como a brasileira do século XIX, o romance rural coloca no centro da sua narrativa um indivíduo socialmente rebaixado; segundo, a sua presença remete a um ponto crítico, difícil de ser contornado em nossa literatura e que se refere ao modo de representar os *debaixo*, os pobres, em nossa ficção, e no caso específico no espaço rural; uma terceira questão diz respeito ao que significa ser “homem livre e pobre” na ficção rural brasileira do século XIX?

Quando pensei o estatuto social deste personagem, tive em mente formulações como as de Maria Sylvia de Carvalho Franco quando situa, na sua obra já clássica *Homens livres na ordem escravocrata*, a “formação *sui generis* de homens livres e expropriados”. Assim se refere a autora a este sujeito social:

A constituição desse tipo prende-se à forma como se organizou a ocupação do solo, concedido em grandes extensões e visando culturas onerosas. Dada a amplitude das áreas apropriadas e os limites impostos à sua exploração pelo próprio custo das plantações, decorreu uma grande ociosidade das áreas incorporadas aos patrimônios privados, podendo sem prejuízo econômico, ser cedidas para uso de outro. Esta situação – a propriedade de grandes extensões ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos – possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse, e que não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes dessa condição, dado que o peso da produção significativa para o sistema como um todo, não recaiu sobre os seus ombros. Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma “ralé” que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser (FRANCO, 1997, p. 14).

Do ponto de vista propriamente literário, as formulações de Roberto Schwarz tomam a máxima relevância para o ponto de vista aqui. Como se sabe, Schwarz procurou localizar este personagem na literatura brasileira, particularmente no romance machadiano, de corte estritamente urbano, diga-se de passagem, seja na figura dos agregados na segunda fase de sua ficção, seja em parte significativa dos protagonistas pobres da primeira<sup>3</sup>. O autor de *Um*

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte da pesquisa, em curso, *Experiência Rural e a Formação do Romance Brasileiro (II): o estatuto do narrador, a representação dos homens pobres e livres e a violência do processo*, financiada pelo CNPq.

<sup>2</sup> Venho chamando de *romance rural* ao que normalmente a crítica e a historiografia denominam de romance regionalista. Não se tratando de mero capricho conceitual, aponto duas razões imediatas para isso. A primeira diz respeito à tentativa de desmarcar o nosso estudo do ranço ideológico que carrega a discussão sobre a literatura regionalista, de modo geral. A segunda se refere ao fato de que a realidade rural apresentada nesta ficção, ainda que remetendo ao problema da formação regional diversificada do país, parece estar mais diretamente relacionada com as vicissitudes da transplantação da forma romance para o Brasil.

<sup>3</sup> As formulações de Roberto Schwarz sobre o assunto nos fazem compreender que estamos diante de uma matéria que estrutura social e historicamente o país em todas as suas latitudes e encontra-se figurada ao longo de nossa ficção urbana e rural. Acreditamos, entretanto, que há aspectos diferentes e específicos, ainda a

*mestre na periferia do capitalismo* relaciona a posição precária destes indivíduos e suas consequências no interior da nossa literatura à noção de relações de favor, a mediação social a partir da qual este setor em boa medida se reproduz socialmente. É do seguinte modo que Roberto Schwarz descreve a configuração desta forma de dependência:

Esquemmatizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o "homem livre", na verdade dependente. Entre os dois primeiros a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessam. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm (SCHWARZ, 1981, p. 16).

Sem dúvida, favor, dependência, compadrio – todas estas noções expressam as formas de dominação pessoal que constroem, de alguma maneira, a trajetória dos protagonistas do romance rural. Não espremidos nas ruas do Rio de Janeiro, mas em espaços amplos, como o cerrado, o sertão ou o pampa, é por onde vão transitar as personagens que temos em mira.

Vale notar que já em andamento a pesquisa, as formulações de Maria Sylvia de Carvalho Franco e de Roberto Schwarz continuaram a ter força central no ponto de vista do estudo, mas a própria formulação dos autores, aos poucos, me começou a soar contraditório em relação ao meu objeto. Parecia haver algo dissonante. Tratava-se de uma espécie de assimetria entre a presença social periférica deste setor social – periférica até em nossa historiografia ou na sociologia brasileira – e a sua centralidade ocupada no romance rural. Não teria condições, no momento, para enunciar todas as razões deste meu estranhamento e empreender uma discussão mais aprofundada deste ponto<sup>4</sup>. O que apenas gostaria de aventar é que talvez um esquema explicativo como o de Maria Sylvia de Carvalho Franco, do ponto de vista histórico-sociológico, e de Roberto Schwarz, do ponto de vista literário, não deem conta de modo extensivo e matizado da importância social da presença dos homens livres pobres na sociedade e na literatura brasileiras. A premissa que norteia a perspectiva de compreensão da abordagem de Maria Sylvia de Carvalho Franco, bem como a de Roberto Schwarz, a cujo trabalho o autor não deixa de pagar o seu tributo e cuja obra, sem exagero, parece ser uma contraface literária – a premissa, dizia, baseia-se no entendimento da nossa formação histórica assentada na tríade: grande proprietário/economia agro-exportadora/mão-de-obra escrava. Na síntese da dinâmica desta lógica social, eles são vistos como "homens dispensáveis", "sem razão de ser". Em suma, sujeitos que orbitam numa espécie de espaço social vazio.

Para o rápido comentário que temos em mente, interessa notar o seguinte: no romance rural brasileiro do século XIX, a centralidade não é ocupada por representantes da oligarquia rural, mas por personagens que a margeiam; todavia, esta ficção tem como enquadramento, como lastro ideológico, que norteia o mundo narrado, a perspectiva *dos de cima*, das elites letradas e dos setores dominantes, centrado numa apresentação ficcional do que Roberto

---

serem identificados e examinados, atinentes ao que se tem denominado de romance rural. Do autor, ver, sobretudo, *Ao vencedor as batatas* (1981).

<sup>4</sup> Vale destacar que esta posição sobre a presença do homem livre pobre no romance rural se coaduna com uma série de releituras históricas do Brasil, assentadas em novos dados empíricos a partir dos quais é reavaliado o lugar dos homens livres na sociedade brasileira desde o período colonial. Neste sentido ver, particularmente, o livro de Jorge Caldeira, *História do Brasil com empreendedores* (2009).

Schwarz denominou “a molécula patriarcal brasileira”<sup>5</sup> (1999, p. 232); entretanto, o mundo que se põe em movimento é, destacadamente, o dos personagens não-proprietárias. No cerne do que temos estudado está o impasse da posição ficcional deste personagem que se, por um lado, tende a se pôr como protagonista-herói, por outro, sofre a constrição de sua condição social.

A condição tensionada destes personagens entre a constrição social e a posição de herói romanesco situa o seu lugar numa variável, no plano ficcional, que vai do ressentimento, da dissimulação, da brutalidade simples e pura a formas diversas de elevação. Estas podem ir da remissão pelo amor, pela morte, passando pelo gesto heroico, grandioso e nobre.

Apenas para dar alguns exemplos disso que estou procurando definir como um dos traços característicos do homem livre pobre no romance rural. Em *Inocência*, Cirino, o protagonista da história, é um sujeito que, com os seus poucos conhecimentos adquiridos como caixeiro de uma “botica velha e manhosa” de Ouro Preto e com o seu Chernoviz “já seboso de tanto uso”, sobrevive atendendo aqueles que nas cidades vizinhas, de início, e, depois, no sertão necessitassem dos seus serviços. Todo o conhecimento para o exercício da sua atividade “médica” se resumia, portanto, à união de “alguns conhecimentos de valor positivo” a “outros que a experiência lhe ia indicando ou que a voz do povo e a superstição lhe ministravam” (TAUNAY, 1977, p. 24).

Precariedade de condições bem próprias de personagens que transitam nesta faixa social, suficientes, no entanto, e este é um aspecto a ser destacado, para lhe dar certa mobilidade (autonomia?) social e, por assim dizer, também geográfica/espacial. Ao contrário dos protagonistas de José de Alencar, nos romances de fazenda, cuja mobilidade, em qualquer sentido, depende de um grande, a situação de Cirino é diferente, pois a possibilidade de deslocamento passa a ser elemento constitutivo à sua atividade e à sua forma de sobrevivência, incluídos aí os “prazeres da carne”. “Afeito a hábitos de completa liberdade”, como nota o narrador, tal desenvoltura permite que sua imaginação sobre si mesmo também corra lépida e faceira, a ponto de se apresentar aos outros como doutor quando não passa de um prático de medicina popular.

Trânsito e mobilidade sociais expressam o fato de que o protagonista de *Inocência* ocupa espaço muito tensionado entre mundo urbano e mundo rural, ou ainda, entre os rigores do mundo patriarcal, representado por Pereira, pai de Inocência, e certo sopro possível de autonomia individual pretendido por Cirino. O ponto alto deste espírito mais individualista é expresso pelo sentimento do amor romântico do rapaz por Inocência. Tudo indica haver uma estreita relação entre a condição de homem livre pobre, mas com certa autonomia econômica –, se me permitem a contradição dos termos – e o impulso individualista que o amor romântico representa para o personagem. Impulso e sentimento que por assim dizer revestem a experiência de Cirino de certa “modernidade”. Ao menos o suficiente para entrar em conflito com os rigores do código patriarcal. Cirino tenta evitar o embate, busca articular um termo de compromisso com os valores patriarcais. Mas não consegue, ele é eliminado como também Inocência. O rarefeito espaço de autonomia individual é banido a bala em *Inocência*.

Já no romance *O cabeleira*, de Franklin Távora, o protagonista é um matador sanguinário, espécie de protojagunço de nossa literatura, que depois de barbarizar pelo interior pernambucano se redime ao se reencontrar com seu

---

<sup>5</sup> No texto *Conversa sobre Duas meninas*, Roberto Schwarz (1999) utiliza a expressão referindo-se ao tratamento diferenciado dado ao “universo da dominação e afetividade ‘tradicionais’” (a molécula patriarcal) pelas obras de Machado de Assis e Gilberto Freyre.

passado, espécie de estágio primitivo/fundador de pureza, que é encarnado pela figura de Luisa, amiga de infância de nosso herói-jagunço.

A narrativa de Távora é um dos poucos romances rurais do XIX em que nem um grande nem a ordem patriarcal estabelecem o sistema de valores ideológico e literário que norteiam o campo de ação dos personagens e a movimentação da trama no seu conjunto. Ao mesmo tempo, todo ele é povoado de homens livres pobres, habitado por uma espécie de arraia-miuda. As figuras socialmente mais elevadas formam apenas o pano de fundo histórico do entrecho. Tais figuras religiosas ou da administração imputam certa respeitabilidade e senso de ordem ao mundo colonial em foco. Entretanto, não é da perspectiva destes personagens que emana o nó da questão do romance de Távora. Pois é a presença maciça de bandidos, marginais, pequenos mascates e comerciantes com a sua teia de relações mercantis lícitas e ilícitas que domina o mundo ficcional cuja história transcorre na segunda metade do século XVIII. A presença marcante deste universo social miúdo e periférico posta mesmo no centro da cena narrativa dá a dimensão inescapável da preocupação com relação a esta figura social.

Um último exemplo ainda. No romance *O tronco do ipê*, José de Alencar nos apresenta o protagonista Mário sufocado até o último fio de cabelo pela sua condição de dependente do grande proprietário, o barão da Espera. Dependência que se mistura à suspeita e incerteza de Mário sobre o possível envolvimento do barão (Joaquim de Freitas) na morte de seu pai e na apropriação ilegal por parte do barão das terras que pertenceriam à família de Mário. Depois de um crispado vaivém no plano da trama, a situação se resolve pela conciliação devido ao bom caráter do nosso herói que perdoa o possível algoz de seu pai. Mas não só. De lambuja, se casa com a filha do barão e se torna ele mesmo dono da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão. De qualquer maneira, sobretudo na sua primeira parte, *O tronco do ipê* é a manifestação mais explícita, na literatura brasileira, do ressentimento do dependente. Mais ainda porque Mário se percebe como proprietário expropriado de suas terras, tomadas que foram de maneira ilegal.

Bandidos, assassinos, pequenos comerciantes, mascates de medicina popular ou de qualquer outro tipo de quinquilharia ou pura e simplesmente dependentes sociais, eis os heróis rebaixados, em condição social instável e precária destes romances. Que nem por isso, todavia, deixam, de alguma maneira, ou por um algum artifício, de serem resgatados desta condição menor.

Por outro lado, na rápida descrição que se procurou fazer se pretendeu, desde aí, destacar como a trajetória desta figura passa pela experiência da violência. Em algum nível, por alguma circunstância, a violência, a brutalidade, a morte, marca o percurso do homem livre pobre. Apenas para ficarmos nos exemplos mencionados. Cirino, o protagonista de *Inocência*, é vítima do seu amor e também da truculência que caracteriza o mundo patriarcal, que quer ver a sua honra lavada e vingada, em nome da quebra de confiança que significou a aproximação de Cirino de Inocência. Manecão, o noivo prometido da moça, irá se desincumbir da tarefa de eliminar o intruso.

O Cabeleira, em uma das suas facetas, é a própria encarnação da brutalidade, e sofre as suas conseqüências, pois é condenado à morte por seus crimes.

O fardo da violência pesa também sobre a vida de Mário na suspeita morte de seu pai, na qual pode ter havido a participação do barão da Espera. Aqui, a brutalidade não está presente como elemento concreto da ação, mas a morte é uma fantasmagoria a definir toda a natureza emocional e psicológica do personagem, bem com a direção das suas ações na trama.

Ao que tudo indica, a violência irrompe das páginas deste tipo de ficção, dando conformação específica à experiência social do homem livre pobre. Do ponto de vista literário, o campo, o cerrado, o sertão não se encontram submetidos aos mesmos códigos sociais e morais que medeiam as relações da ficção urbana. A violência parece ser elemento constitutivo com que em boa parte se resolvem os conflitos e impasses sociais. Deste modo, no plano simbólico, o espaço rural, revelado aos olhos dos nossos escritores como o lugar do desgoverno, da tenuidade das normas, ou na melhor das hipóteses, do arbítrio da dominação pessoal, acaba por constituir o âmbito de explicitação da brutalidade. Isto tudo não se configura sem doses e matizes variados de contradição, já que a presença da violência corresponde a funções diversas que exerce, seja no plano do enredo, seja no da caracterização das personagens, ou ainda no arranjo entre estes elementos.

Veja que a própria violência toma uma luz própria por aqui. Ela é, de fato, “forma rotinizada de ajustamento nas relações sociais” (FRANCO, 1997, p. 30) que penetra fundo na ficção rural do XIX, ao traduzir a condição precária e instável do homem livre pobre. Ao mesmo tempo, porém, o seu papel fica expressivamente atenuado na medida em que alguma outra instância ficcional (que pode ser no âmbito da voz narrativa, pode ser na articulação dos próprios acontecimentos que definem o percurso do personagem, ou na combinação destes e de outros elementos ficcionais) opera, muitas vezes, processo de neutralização da experiência da brutalidade/violência. Tal atenuação se define na maneira como os protagonistas desses romances são levados a se ver livres da constrição social a que se encontram submetidos. Isso pode ocorrer por meio de uma estratégia folhetinesca (p. ex, o casamento entre o dependente e um membro da “boa sociedade”), ou através de comentários muito pouco incrustados no tecido ficcional, descolados da trama narrativa.

Sob este aspecto, vale ao menos anotar que este caráter por assim dizer duplo e também oscilante e cambiante – entre a presença da brutalidade/violência/morte e o desejo de elevação/remissão da figura do homem livre pobre – diz respeito à própria relação ambígua da posição do autor-narrador em face da matéria rural. Matéria a ser exaltada, celebrada pelo *quantum* de específico e peculiar que possa expressar da nacionalidade, seja no modo de compreensão e configuração do sujeito, seja na inserção no espaço social em que ele se situa? Ou matéria a ser denegada ou no mínimo possa sob forte suspeita pelo que pode conter de *diferente*, *anticivilizatória*, *antimoderna* aos olhos e ao coração dos nossos escritores situados sempre no pólo citadino e letrado? Estas duas facetas surgem como espécie de irmãs xifópagas impossíveis de serem descoladas da perspectiva dos nossos ficcionistas do século XIX, e por extensão do ponto de vista que informam a visão de mundo dos autores-narradores do romance rural do período.

Desta posição do autor-narrador parece se originar, também, certo sentido que a presença da violência/morte adquire nesta ficção. O andar do homem livre pobre é um caminhar no meio fio da sua condição precária e instável entre o gesto de morte que ele pode desferir e o gesto brutal que o ameaça. Quando se instaura na trama, a violência-morte também tem ressonâncias desdobradas. É parte da ação imediata do trecho que não deixa de informar a visão degradante do mundo rural em foco (o degradante sempre pela perspectiva do autor-narrador, repita-se), mas é também elemento por assim dizer de sublimação, de simbolização que transcende a sua função imediata na ação narrativa. No romance de Taunay, por exemplo, ela é a atitude que caracteriza a brutalidade da ordem patriarcal ao pôr fim à vida e aos anseios amorosos de

Cirino e Inocência; de outra parte, não deixa de exprimir a sublimidade do amor romântico não-realizado de longa data na tradição literária ocidental<sup>6</sup>. Já n'*O Cabeleira*, a brutalidade das ações do protagonista e do seu grupo se, por um lado, figura de maneira contundente a posição social limiar, ou mesmo marginal ou semimarginal ocupada pelo homem livre pobre; por outro, esta mesma contundência é objeto de "ensinamento" a ser superado pela "ilusão ilustrada" que, além da crença do esclarecimento pela educação, aposta suas fichas na "dignidade do trabalho".

Note-se que o caráter cambiante, instável, com certa complexidade literária e social em que se movimentam os elementos em jogo, sugere ultrapassar o aspecto "documental" ou "pitoresco", epítetos com que há algum tempo a crítica vem brindando e limitando a compreensão da ficção rural no Brasil.

GIL, F. C. The Poor Free Men and the Process of Violence. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 3, n. 1, p. 170-176, 2011. ISSN 2177-3807

## Referências

ALENCAR, J. *O tronco do ipê*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1980.

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1997.

SCHWARZ, R. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ao vencedor as batatas*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

CALDEIRA, J. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.

TAUNAY, V. de. *Inocência*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1977.

TÁVORA, F. *O Cabeleira*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1977.

Recebido em 27/11/2010. Aprovado em 29/01/2011.

---

<sup>6</sup> Algumas das inúmeras epígrafes dos capítulos de *Inocência* projetam, entre outras coisas, justamente este diálogo entre a história de amor sertaneja e certa tradição literária sobre o tema.